

# PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

Alameda David Carneiro, 243 - Centro

CEP 83750-000 - (41) 3547-8000

www.lapa.pr.gov.br

Ofício nº 278/PROC/GAB

Lapa, 04 de Julho de 2019.

Senhor Presidente:

Encaminho, para apreciação, Projeto de Lei Complementar nº 001/2019, que altera o *caput* do artigo 212 da Lei Complementar nº 03/2011 que institui o Novo Código Tributário do Município da Lapa e dá outras providências.

Sem outro motivo, subscrevo-me,

*Paulo Cesar Fiates Furiati*  
Prefeito do município da Lapa

Documento eletrônico datado e assinado por Paulo Cesar Fiates Furiati, prefeito do município da Lapa, na forma do decreto nº 24043, de 01 de abril de 2019.

**Câmara Municipal da Lapa**

Código Verificador do Processo: D997

Protocolo 561/2019 05/07/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA

Ofício

INES BERNADETE ROMANOSKI DO VALE

16:17:24

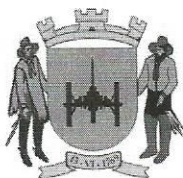
Exmo. Sr.  
ARTHUR BASTIAN VIDAL  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
Nesta



PREFEITURA  
MUNICIPAL DA LAPA

Assinado digitalmente por:  
PAULO CESAR FIATES FURIATI  
200.849.439-04  
04/07/2019 17:30:59





# PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

Alameda David Carneiro, 243 - Centro

CEP 83750-000 - (41) 3547-8000

www.lapa.pr.gov.br

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001, DE 03 DE JULHO DE 2019.

**Súmula:** Altera o *caput* do artigo 212 da Lei Complementar nº 03/2011 que institui o Novo Código Tributário do Município da Lapa e dá outras providências.

O Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, apresenta à consideração da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei Complementar:

**Art. 1º** - O *caput* do artigo 212, da Sub-Seção III – DO RECURSO DE OFÍCIO, da Lei Complementar nº 03/2011, passa a vigor com a seguinte redação:

***“Sub-seção III  
Do recurso de ofício***

*Art. 212 - Das decisões de primeira instância, contrárias no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, ou que acarretem prejuízo ao Município, inclusive por desclassificação de infração, será interposto recurso de ofício ao Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, sempre que a importância em litígio exceder a 5 VRM's.”*

**Art. 2º** - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do município da Lapa, em 03 de Julho de 2019.

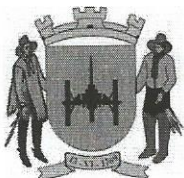
*Paulo Cesar Fiates Furiati*  
Prefeito do município da Lapa

Documento eletrônico datado e assinado  
por Paulo Cesar Fiates Furiati, prefeito do  
município da Lapa, na forma do decreto nº  
24043, de 01 de abril de 2019.



Assinado digitalmente por:  
PAULO CESAR FIATES FURIATI  
200.849.439-04  
04/07/2019 17:30:59





### JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001, DE 03 DE JULHO DE 2019.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Apresento à consideração desse Egrégio Poder Legislativo o presente Projeto de Lei Complementar que visa proceder alteração no artigo 212, da Lei Complementar nº 03, de 30 de Dezembro de 2011, a qual trata do Código Tributário do município da Lapa.

Tendo em vista a previsão de recurso de ofício ao Conselho Municipal de Contribuintes (art. 212 da LC nº 03/2011), quando as decisões de primeira instância, contrárias a Fazenda Municipal, ou que acarretem prejuízo ao Município, sempre que a importância em litígio ultrapassar 50% do VRM, no caso R\$ 304,21, solicito alteração do dispositivo legal, considerando ainda:

- que o custo X benefício para o Município, somando a dificuldade em reunir os membros do Conselho Municipal de Contribuintes para decidir por valores inferiores à R\$ 304,21;

- e que a maioria dos processos que seguem para decisão do Conselho tratam-se de pedido de restituição de tributo pago indevidamente ou em duplicidade, os quais mediante análise preliminar do departamento competente, são líquidos e certos o deferimento, podendo serem encaminhados diretamente para a Contabilidade/Tesouraria para liquidação.

Sendo assim, diante dos motivos acima expostos, pede-se e espera-se aprovação.

Edifício da Prefeitura do município da Lapa, em 03 de Julho de 2019.

*Paulo Cesar Fiates Furiati*  
Prefeito do município da Lapa

Documento eletrônico datado e assinado por Paulo Cesar Fiates Furiati, prefeito do município da Lapa, na forma do decreto nº 24043, de 01 de abril de 2019.



Assinado digitalmente por:  
PAULO CESAR FIATES FURIATI  
200.849.439-04  
04/07/2019 17:30:59







# MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ

LEI COMPLEMENTAR N.º 03, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011.

**Súmula:** Institui o Novo Código Tributário do Município da Lapa, e dá outras providências

A Câmara Municipal de Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei Complementar:

## **TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

### **Capítulo Único SISTEMA TRIBUTÁRIO**

Art. 1º - Sem prejuízo das normas legais, supletivas e das disposições regulamentares, com fundamento na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, esta Lei dispõe sobre o Sistema Tributário do Município, regulando toda a matéria tributária de competência municipal.

Art. 2º - São Tributos Municipais:

I - o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;

II - o Imposto sobre Transmissão "Inter-Vivos", a qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acesso Física e de Direitos Reais sobre Imóveis, exceto os de Garantia, assim como, a Cessão de Direitos para a sua Aquisição;

III - o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

IV - a Contribuição de Melhoria, decorrentes de obras públicas;

V - as taxas, especificadas nesta Lei, remuneratórias de serviços públicos ou devidas em razão do exercício do poder de polícia do Município.

Art. 3º - Compete ao Executivo fixar e reajustar periodicamente os preços destinados a remunerar a utilização de bens e serviços públicos. Também, os relativos ao custeio de despesas com a prática de atos administrativos do interesse dos que os requererem, tais como: o fornecimento de cópias de documentos, a expedição de certidões e alvarás, a realização de vistorias e outros atos congêneres, ressalvado-se o direito assegurado no inciso XXXIV, artigo 5º da Constituição Federal.



# MUNICÍPIO DA LAPA

## ESTADO DO PARANÁ

Art. 210 - É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versando sobre assunto da mesma natureza, ou referindo-se ao mesmo contribuinte.

Art. 211 - Os recursos voluntários interpostos depois de esgotado o prazo previsto no artigo 208, serão encaminhados ao Conselho Municipal de Contribuintes, a quem caberá pronunciar-se sobre a perempção.

Parágrafo único - Mesmo perempto o recurso, se o Conselho entender seja manifesta, no lançamento ou no Auto de Infração, a ausência da vinculação legal dos fatos à norma legal, prevista no artigo 64 e seu parágrafo único, proporá ao Procurador Fiscal a sua revisão, nos termos do artigo 74. A decisão do Procurador Fiscal, ou autoridade fiscal delegada, nesse caso, será definitiva e irrecorrível na esfera administrativa.

### **Sub-seção III**

#### **Do recurso de ofício**

Art. 212 - Das decisões de primeira instância, contrárias no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, ou que acarretem prejuízo ao Município, inclusive por desclassificação de infração, será interposto recurso de ofício ao Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, sempre que a importância em litígio exceder a 50% do VRM.

§ 1º. Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de ofício, quando cabível a medida, cumpre ao funcionário que subscreveu a inicial do processo, ou que do fato tomar conhecimento, interpor recurso, em petição, encaminhada por intermédio daquela autoridade.

§ 2º. Não é definitiva, em nenhuma hipótese, para todo e qualquer fim de direito, a decisão sujeita a recurso de ofício, enquanto não for ele interposto e apreciado pelo Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 213 - Será facultado o recurso de ofício independentemente do valor fixado no artigo anterior, quando a autoridade julgadora de primeira instância, justificadamente, considerar decorrer do mérito do feito, maior interesse para a Fazenda Municipal.

### **Sub-seção IV**

#### **Da consulta**

Art. 214 - É facultado formular consulta formal à autoridade julgadora de primeira instância, sobre assuntos relacionados com a aplicação e interpretação da legislação tributária.

§ 1º. Não se admitirá consulta que versar sobre objeto de lançamento ou de ação fiscal já iniciada contra o consulente.